

Estudo Técnico Preliminar 7/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 08361.000921/2025-41

2. Descrição da necessidade

2.1. A instalação de letreiro e logos na fachada principal da Delegacia da Polícia Federal no Oiapoque se faz necessária para trazer os seguintes resultados:

- 2.1.1. Identificação e Reconhecimento: A presença da logo e do letreiro na fachada ajuda na identificação imediata do prédio como pertencente a uma determinada instituição ou órgão público. Isso facilita a localização e o reconhecimento por parte do público em geral.
- 2.1.2. Comunicação Institucional: A presença da logo e do letreiro na fachada é uma forma de comunicação institucional. Ajuda a reforçar a imagem da instituição, seus valores e sua missão. Isso é particularmente relevante para órgãos públicos que desejam estabelecer uma presença sólida e positiva na comunidade.
- 2.1.3. Legitimidade e Representação: Exibir a logo e o letreiro pode conferir um senso de legitimidade e representação oficial. Isso é particularmente importante para instituições governamentais que desejam destacar sua autoridade e representatividade.
- 2.1.4. Marketing Institucional: A logo e o letreiro na fachada podem ser considerados ferramentas de marketing institucional. Isso é relevante para promover a imagem da instituição, destacar realizações e promover uma relação positiva com o público.
- 2.1.5. Conforto e Ergonomia: Propiciar um ambiente de trabalho confortável para os servidores é sinônimo de produtividade, trazendo elementos que agreguem satisfação coletiva e benefícios para o cotidiano de quem utiliza os espaços físicos.

2.2. A aquisição de cortinas para as dependências da Delegacia de Polícia Federal no Oiapoque busca suprir a falta destes itens nas salas da edificação, causando forte incidência solar nos ambientes, aumentando a temperatura e sensação térmica no local. Além disso, a luminosidade excessiva prejudica a visualização em monitores e telas necessárias para um bom desempenho dos servidores.

2.3. Assim, justifica-se a contratação de empresa para **confecção e instalação de letreiro e brasões na fachada predial e a aquisição de persianas para aberturas da Delegacia Temporária da Polícia Federal no Oiapoque/AP.**

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GTED/SELOG/SR/PF/AP	SERGIO CLODOALDO SANTOS FERREIRA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Os requisitos da contratação em sentido estrito estarão devidamente enumerados no Edital da licitação, no Termo de Referência e nos seus anexos.
- 4.2. Como requisitos *lato sensu*, a contratação deve contemplar o seguinte:

4.2.1. Observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para o caso concreto;

4.2.2. Estrito cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual, tanto da fase interna quanto da fase externa da licitação;

4.2.3. Dimensionar corretamente a quantidade do serviço a ser contratado e o valor estimado da contratação a fim de que a solução possua maior eficiência com menor dispêndio de recurso possível;

4.2.4. Célere instrução do processo de modo a evitar solução de continuidade na prestação dos serviços.

4.3. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço;

4.4. A empresa deverá atender aos critérios de qualificação econômica, às exigências jurídicas e de regularidade fiscal e trabalhista, conforme disciplinado no edital.

4.5. A empresa deve estar devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência.

4.6. Os requisitos da contratação em sentido estrito estarão devidamente enumerados no Edital da licitação, no Termo de Referência e demais anexos.

GERAIS

4.7. Além da documentação necessária, conforme legislação vigente, o contratado deverá apresentar o certificado de treinamento de trabalho em altura, conforme NR 35, emitido por técnico ou engenheiro de segurança do trabalho.

4.8. O contratado deverá dimensionar corretamente a quantidade de serviço e o valor estimado da contratação a fim de que a solução possua maior eficiência com menor dispêndio de recurso possível.

4.9. Será de responsabilidade integral da contratada a observância e o cumprimento da legislação e demais instrumentos normativos vigentes a respeito de relações trabalhistas, acidentes no trabalho, tributos, previdência social, e todas as demais disposições normativas que venham a incidir na execução do contrato.

4.10. Registra-se que a prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE E ACESSIBILIDADE

4.11. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas na IN/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber.

4.12. A escolha dos materiais, máquinas e equipamentos a serem aplicados/instalados deverão considerar os requisitos mínimos, estabelecidos em norma, para sustentabilidade, no que diz respeito ao consumo energético, hídrico e legislação ambiental.

4.13. A fim de contemplar a agenda ambiental e fomentar o desenvolvimento sustentável na Administração Federal, instituiu-se o Decreto nº 7.746, de 5 de Junho de 2012 para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP.

4.14. Posteriormente, foi editada a Instrução Normativa nº 10/2012 pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG) estabeleceu regras para a elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o Decreto nº 7.746/2012.

4.15. Nos instrumentos convocatórios, a fim de implementar práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços, a Administração deverá exigir os seguintes critérios:

- I. Triagem e destinação ambientalmente adequadas dos resíduos da construção civil originários da contratação, conforme Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002;

- II. Disposição final e ambientalmente adequada das embalagens, resíduos, peças e dos equipamentos após o uso, em observância à Logística Reversa disposta no art. 33 da Lei nº 12.305/2010 – que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- III. Modelos dos bens fornecidos, classificados com classe de eficiência "A" na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) vigente no período da aquisição, de acordo com a Instrução Normativa nº 2/2014;
- IV. Comprovação de origem das madeiras (DOF e/ou GF, e nota fiscal) quando da aquisição de bens e na contratação de obras e serviços.

4.16. Ainda, a execução do serviço, conforme o Projeto Executivo, considerará a possibilidade de utilização das seguintes soluções:

- I. utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;
- II. Uso de tintas ecológicas para não agredir o meio ambiente;
- III. Utilizar madeiras certificadas extraídas de áreas de reflorestamento;
- IV. comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço;
- V. priorização no emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- VI. reutilização ou redimensionamento de material já existente ou proveniente do desfazimento; e
- VII. utilização de agregados reciclados que compõem os materiais, máquinas ou equipamentos que vieram a ser adquiridos.

4.17. Além da temática ambiental, a política de contratações sustentáveis também contempla a implementação de acessibilidade às instalações abertas ao público, em consonância com os artigos 3º - Princípios Gerais (alínea "f") e art. 9º - Acessibilidade, do Decreto nº 6.949/2009, com a lei nº 10.098/2000 e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (lei nº 13.146/2015). Para tanto, a contratada para a execução do serviço deverá estar atenta aos requisitos de acessibilidade, atendendo a NBR 9050/2004 que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

4.18. Assim, a empresa contratada deverá valer-se ainda das seguintes normas e diretrizes:

Normas ABNT para sustentabilidade:

- a. ABNT ISO/TR 14062:2004;
- b. ABNT NBR 16001:2012;
- c. ABNT NBR ISO 10014:2008;
- d. ABNT NBR ISO 14001:2015;
- e. ABNT NBR ISO 14040:2009 Versão Corrigida:2014;
- f. ABNT NBR ISO 14044:2009 Versão Corrigida:2014;
- g. ABNT NBR ISO 26000:2010;
- h. ABNT NBR ISO 31000:2009;
- i. ABNT NBR ISO 50001:2011;
- j. ABNT NBR ISO 9001:2015;
- k. ABNT NBR ISO 9004:2010 Versão Corrigida:2010;

Legislação Ambiental e correlatas:

- Lei nº 6.938/1981 – Política Nacional do Meio Ambiente;
- Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Política Nacional de Recursos Hídricos – Lei 9.433/97;
- Lei de Crimes Ambientais – Lei 9.605/98;
- Decreto nº 2.783/1998 – Proíbe entidades do governo federal de comprar produtos ou equipamentos contendo substâncias degradadoras da camada de ozônio;
- Decreto nº 5.940/2006 – Coleta Seletiva Solidária na Administração Pública Federal;
- Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010 – Dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração direta, autárquica e funcionária;
- Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 10, de 12/11/2012 – Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências;
- Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017 – Dispõe sobre regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 1, de 2019 - Dispõe sobre Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações;
- Portaria nº 61 – MMA, de 15/05/2008 – Estabelece práticas de sustentabilidade ambiental nas compras públicas.

TRANSIÇÃO CONTRATUAL

4.19. Não se aplica ao contexto desta contratação.

RELEVÂNCIA DOS REQUISITOS ESTIPULADOS

4.20. As intervenções elencadas neste estudo são imprescindíveis em virtude da necessidade de manter o prédio em condições laborativas aos servidores e colaboradores, bem como habitável ao público que faz uso dos serviços oferecidos pela Polícia Federal.

4.21. Por outro lado, o quadro efetivo atual de servidores lotados neste Grupo não é suficiente para atender à demanda da SR/PF /AP.

4.22. Logo, torna-se premente a **Contratação de empresa para confecção e instalação de letreiro e brasões na fachada predial e a aquisição de persianas para aberturas da Delegacia Temporária da Polícia Federal no Oiapoque/AP.**

5. Levantamento de Mercado

5.1. Diante da necessidade do objeto deste estudo, foi realizado o levantamento de mercado no intuito de prospectar e analisar soluções para a pretensa contratação, que atendam aos critérios de benefícios para a Administração sob os aspectos da conveniência, economicidade e eficiência;

5.2. Para fins de orçamentação e análise das vantagens da solução, foram priorizados os parâmetros previstos em contratações similares de outros entes públicos, a fim de verificar a existência de nova solução/tecnologia/metodologia para execução do objeto em questão, e pesquisa de preço realizada junto a prestadores do respectivo serviço;

5.3. Em pesquisa realizada a respeito de contratações semelhantes de outras Superintendências Regionais da Polícia Federal, chegou-se à planilha a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<ul style="list-style-type: none"> 14 und. – Letras (POLÍCIA FEDERAL) fabricado em ACM de 3mm, medindo 45cm de altura e 7cm de profundidade, na cor prata, a qual será instalado na fachada frontal, parte superior, da Delegacia da Polícia Federal no Oiapoque/AP; 14 und. – Letras (POLÍCIA FEDERAL) fabricado em ACM de 3mm, medindo 19cm de altura e 4cm de profundidade, na cor prata, a qual será instalado na fachada frontal, parte inferior, da Delegacia da Polícia Federal no Oiapoque/AP; 11 und. – Letras (OIAPOQUE - AP) fabricado em ACM de 3mm, medindo 16cm de altura e 4cm de profundidade, na cor prata, a qual será instalado na fachada frontal, parte inferior, da Delegacia da Polícia Federal no Oiapoque/AP; Brasão lateral medindo 1,80m de altura x 1,45m de largura e 7 cm de profundidade, com a logo da Polícia Federal pintada, o qual será instalado na fachada lateral, parede da caixa d'água, da Delegacia da Polícia Federal no Oiapoque/AP; Brasão frontal medindo 1,15m de altura x 0,90m de largura e 4 cm de profundidade, com a logo da Polícia Federal pintada, o qual será instalado na fachada frontal, parte inferior, da Delegacia da Polícia Federal no Oiapoque/AP; 	01 und.	R\$ 30.605,00	R\$ 30.605,00

	<ul style="list-style-type: none"> 7 und. – Refletores de led de 50w (modelo arco-íris cor branco 50w) incluso todo material de montagem e instalação. 			
2	Fornecimento e instalação de persianas VERTICAIS , tecido blackout 100% poliéster, cor cinza claro, com trilho de alumínio anodizado, lavável, acionamento central, com lâmina de 9 cm, cordões de acionamento, envelopes e mecanismos de plásticos, bandô padrão com duas laterais na mesma cor da persiana para esconder o trilho, incluso todos os materiais e acessórios para instalação. QUANTIDADE: 59 m²	59 m²	R\$ 138,63	R\$ 8.179,17
3	Fornecimento e instalação de persianas HORIZONTAIS , material alumínio com resistência a ferrugem, com lâmina lavável de 25mm, pintura eletrostática antiferrugem, bloqueio de 100% da incidência solar, cor cinza claro, com trilho de alumínio anodizado, lavável, cordões de acionamento de nylon, mecanismo giratório de regulação em acrílico, freio com carcaça em policarbonato. QUANTIDADE: 18 m²	18 m²	R\$ 211,66	R\$ 3.809,88

.4. Ademais, nesta contratação em análise, não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização de audiência;

5.5. Não foi identificada nenhuma outra que melhor atendesse às necessidades da DPF/OPE/AP;

5.6. É preciso registrar, inicialmente, que não há servidores no quadro funcional da DPF/OPE/AP para a execução direta dos serviços demandados, impedindo, portanto, o aproveitamento de recursos humanos próprios para a sua execução, não restando, portanto, alternativa à Administração a não ser a terceirização de tais serviços.

5.7. Dado o exposto, optou-se pela contratação de empresa para a execução do serviço.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A presente contratação visa selecionar pessoa jurídica capaz de executar em sua totalidade a execução do serviço de Contratação de empresa para confecção e instalação de letreiro e brasões na fachada predial e a aquisição de persianas para aberturas da Delegacia Temporária da Polícia Federal no Oiapoque/AP.

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

6.2. A solução adotada para a demanda em questão foi a contratação de empresa especializada em fornecimento e instalação de letreiros em fachadas, conforme os itens abaixo:

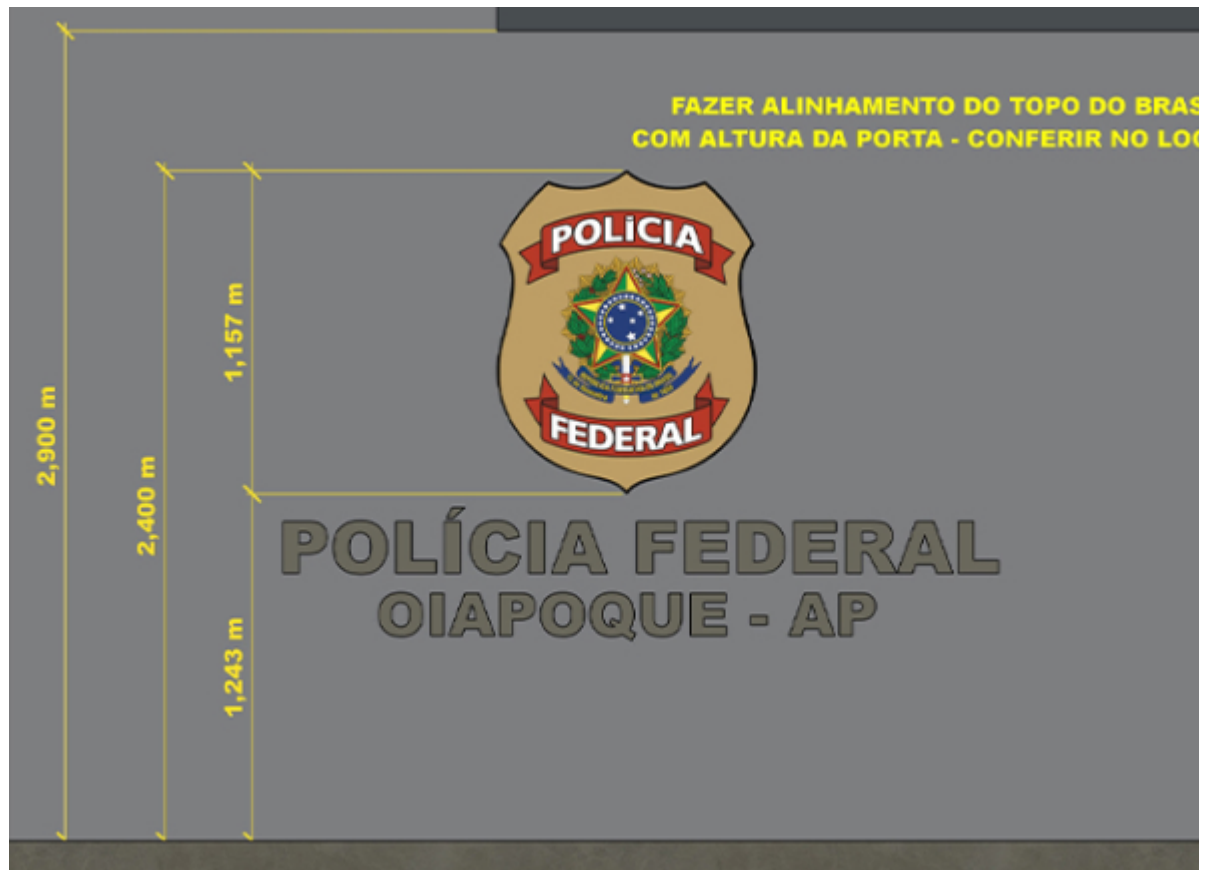
6.2.1. 14 und. – Letras (POLÍCIA FEDERAL) fabricado em ACM de 3mm, medindo **45cm de altura e 7cm de profundidade**, na cor prata, a qual será instalado na fachada frontal, parte superior, da Delegacia da Polícia Federal no Oiapoque/AP;



6.2.2. 14 und. – Letras (POLÍCIA FEDERAL) fabricado em ACM de 3mm, medindo **19cm de altura e 4cm de profundidade**, na cor prata, a qual será instalado na fachada frontal, parte inferior, da Delegacia da Polícia Federal no Oiapoque/AP;

6.2.3. 11 und. – Letras (OIAPOQUE - AP) fabricado em ACM de 3mm, medindo **16cm de altura e 4cm de profundidade**, na cor prata, a qual será instalado na fachada frontal, parte inferior, da Delegacia da Polícia Federal no Oiapoque/AP;

6.2.4. Brasão frontal **medindo 1,15m de altura x 0,90m de largura e 4 cm de profundidade**, com a logo da Polícia Federal pintada, o qual será instalado na fachada frontal, parte inferior, da Delegacia da Polícia Federal no Oiapoque/AP;



6.2.5. Brasão lateral **medindo 1,80m de altura x 1,45m de largura e 7 cm de profundidade**, com a logo da Polícia Federal pintada, o qual será instalado na fachada lateral, parede da caixa d'água, da Delegacia da Polícia Federal no Oiapoque/AP;



CAIXA D'ÁGUA

6.2.6. 7 und. – Refletores de led de 50w (modelo arco-íris cor branco 50w) incluso todo material de montagem e instalação;

6.2.7. Fornecimento e instalação de persianas VERTICAIS, tecido blackout 100% poliéster, cor cinza claro, com trilho de alumínio anodizado, lavável, acionamento central, com lâmina de 9 cm, cordões de acionamento, envelopes e mecanismos de plásticos, bandô padrão com duas laterais na mesma cor da persiana para esconder o trilho, incluso todos os materiais e acessórios para instalação.

6.2.8. Fornecimento e instalação de persianas HORIZONTAIS, material alumínio com resistência a ferrugem, com lâmina lavável de 25mm, pintura eletrostática antiferrugem, bloqueio de 100% da incidência solar, cor cinza claro, com trilho de alumínio anodizado, lavável, cordões de acionamento de nylon, mecanismo giratório de regulação em acrílico, freio com carcaça em policarbonato.

6.3. A instalação da comunicação visual será feita na fachada, sendo necessário a utilização de andaimes, com dificuldade de instalação elevada;

6.4. As letras e os brasões devem ser feitas no material tipo ACM;

6.5. A pintura do ACM deve ser feita em tinta à base de PVDF (Fluoreto de Polivinilideno), também conhecido como Kynar;

6.6. A pintura deve ser feita com camadas de primer e verniz, resultando em uma película com elevada resistência aos Raios Ultravioletas (UV), garantindo assim maior durabilidade;

6.7. Os refletores devem ser de led e potência de 50 Watts;

6.8. Na contratação está incluso o fornecimento de todo material necessário para a confecção dos painéis já citados acima, bem como a mão de obra e material para instalação nas fachadas em questão;

6.9. Na contratação está incluso o fornecimento de todo material necessário para a confecção das persianas, bem como a mão de obra e material para instalação nos locais e salas indicados pela Administração;

6.10. O detalhamento do letreiro, dos brasões e do adesivo estão expostos no Projeto Fachada (40975111).

6.11. Os materiais deverão ser apresentados ao fiscal antes de sua fabricação e instalação.

6.12. Os itens deverão seguir o modelo oficial do Governo Federal, disponível em <https://www.gov.br/pf/pt-br/principios-fundamentais/simbolos-da-policia-federal-2/emblema.png/image_view_fullscreen>.

6.13. Quaisquer dúvidas quanto aos materiais, arquivos modelos, imagens do brasão e itens necessários para a execução dos serviços devem ser direcionadas ao Grupo Técnico em Edificações (GTED) da SR/PF/AP.

6.14. A instalação deve seguir os normativos vigentes referentes a trabalho em altura, tais como NR 35 e NBR 16.489.

6.15. A proponente deverá verificar as condições de instalação previamente ao serviço.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As quantidades da contratação serão parte integrante do Termo de Referência desenvolvido pelo Grupo Técnico em Edificações da SR/PF/AP e estão descritas no item 6 deste Estudo Preliminar.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 42.594,05

8.1. O valor estimado total da contratação será estabelecido no Termo de Referência, de acordo com a pesquisa de preço realizada.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Cabe aqui a justificativa em relação ao parcelamento do objeto, visto que a regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto.

9.2. O art. 47, inciso II, da nº Lei 14.133, dispõe que as licitações de serviços atenderão aos princípios: II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

9.3. Via de regra, a Administração deverá proceder ao parcelamento do objeto, sempre que a natureza da obra, serviço ou compra for divisível e configure-se técnica e economicamente viável, ou seja, desde que não exista prejuízo financeiro ou técnico ao conjunto licitado, conforme Súmula nº 247 do TCU.

9.4. O parcelamento de serviços em geral previsto no supracitado artigo da Nova Lei de Licitações refere-se a uma análise da divisibilidade do objeto, a ser adotada quando se identificar o potencial aumento da competitividade, sem prejuízo aos aspectos técnicos e preservada a economia de escala.

9.5. Portanto, entende-se que a contratação parcelada é a que melhor atende aos interesses da Administração, sobretudo pela preservação do aspecto técnico da unicidade, visando a um resultado final completo e satisfatório, além de uma racionalização dos recursos do erário.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Os serviços objeto desta contratação são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Há previsão da contratação do objeto em questão no Planob 2025, e entende-se como essencial a sua contratação, devido aos quesitos abaixo:

- 11.1.1. Melhor identificação das unidades da Polícia Federal no Amapá e com isso passa-se uma maior credibilidade da instituição;
- 11.1.2. Como trata-se de um órgão público, com acesso as pessoas do povo, elas devem identificar de forma clara a sede da Polícia Federal;
- 11.1.3. Proporcionar um ambiente adequado de trabalho, controlando a luminosidade e garantindo conforto visual para os servidores, reduzindo o ofuscamento e reflexos indesejados dentro das salas e dependências da Delegacia;
- 11.1.4. Zelar pelos bens da instituição, protegendo dos danos devido a alta temperatura e incidência solar;
- 11.1.5. Aumentar a qualidade na prestação dos serviços através da disponibilização de um ambiente de trabalho saudável.

11.2. Portanto a contratação pretendida abrange vários aspectos da funcionalidade e estratégia do órgão, contribuindo para o atendimento da sua atividade fim.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

- 12.1. Permitir a fácil identificação imediata do prédio pelo público em geral.
- 12.2. Exercer uma forma de comunicação insitucional na sociedade, consolidando presença e autoridade na localidade, bem como para promover a imagem como marketing institucional, melhorando a imagem com o público.
- 12.3. Melhorar o conforto e ergonomia para quem utiliza e frequenta as dependências desta unidade da Polícia Federal.

13. Providências a serem Adotadas

- 13.1. Não se vislumbra iniciativas a serem adotadas previamente à celebração do contrato.
- 13.2. Os ambientes da DPF/OPE/AP encontram-se adequados para que o serviço ora pretendido seja prestado de forma satisfatória, não havendo necessidade de modificações ou tomada de providências para que a solução a ser contratada produza seus efeitos.
- 13.3. Considerando que os serviços elencados provenientes dessa contratação não necessitam de qualificação especial além das habitualmente desejáveis e esperadas dos funcionários investidos nas suas funções, não será necessária nenhuma capacitação específica.
- 13.4. Quanto ao acompanhamento da execução dos serviços, será necessário que a Administração indique servidores para tal fim, de forma que possam atestar, ao final, se os serviços foram executados a contento.

14. Possíveis Impactos Ambientais

- 14.1. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas na IN/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber.
- 14.2. Na elaboração dos projetos, os impactos ambientais serão mínimos ou até mesmo inexistente porém, na execução de obras e serviços, os seguintes impactos ambientais poderão ser gerados:

Geração de resíduos:

14.2.1. Por se tratar de um serviço de construção civil, onde serão empregados diversos tipos de materiais e com construção onde há métodos manuais (ação humana) existe a Geração de Resíduos da Construção Civil.

14.2.2. A execução de uma obra de reforma pode gerar impactos negativos, sobretudo pela geração de resíduos sólidos, geralmente de abrangência local. O interesse na gestão de resíduos oriundos de obras tem se acirrado com a discussão de questões ambientais, já que desperdiçar materiais, seja na forma de resíduo (mais comumente denominado entulho de construção) ou sob outra natureza, significa desperdiçar recursos naturais, o que coloca a indústria da construção civil no centro das discussões na busca pelo desenvolvimento sustentável nas suas diversas dimensões (Souza et. al, 2004).

14.2.3. Em razão da preocupação sobre o descarte correto de resíduos sólidos gerados pela construção, houve o estabelecimento de diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão desses resíduos com o advento da Resolução CONAMA nº 307/2002.

14.2.4. O art. 10 da supracitada Resolução prevê que os geradores (empreendimentos que gerem os resíduos) devem providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, após a triagem, das seguintes formas:

- I. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;
- II. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- III. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- IV. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

14.2.5. Ainda de acordo com a Resolução em comento, a empresa contratada não poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei. Ademais também fica proibida a disposição dos resíduos de construção em áreas não licenciadas.

14.2.6. A questão dos resíduos sólidos em obras também é abordada na Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) ao buscar compatibilizar a logística sustentável na administração pública com a gestão dos resíduos sólidos, por meio das aquisições e contratações governamentais.

14.2.7. Como forma de amenizar os impactos ambientais, é primordial a elaboração e implantação de um Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRCC, em que haverá a destinação correta de cada tipo de resíduo gerado na obra.

Ruídos (poluição sonora):

14.2.8. Em um canteiro de obras, também deve ser avaliada a poluição sonora decorrente de ruídos gerados pelos equipamentos, máquinas e veículos. Áreas habitadas no entorno da obra podem ser afetadas quando a emissão de ruídos ultrapassar os níveis (65 dB) considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151:2019 - Avaliação do Ruído.

14.2.9. Segundo Barros (2016), o desconforto proveniente dessas novas construções geralmente se localiza em regiões diagnosticadas como tranquilas, como áreas residenciais; portanto, o ruído gerado é muito perceptível pelos residentes. Ainda de acordo com a autora do estudo, o procedimento de redução do ruído do canteiro de obras deve ser feito na fase de projeto. Para fins de avaliação sonora ambiental de empreendimentos e a fim de minimizar os impactos decorrentes dos ruídos das obras, faz-se necessário o monitoramento por meio de medições realizadas obrigatoriamente em áreas habitadas vizinhas ao empreendimento, adotando a Norma NBR-10.151:2019.

14.2.10. Impactos sonoros podem ser nitidamente percebidos durante as obras, mas não se resumem a elas. Durante a utilização da edificação haverá ocasiões onde serão acionados sirenes das viaturas o que poderá ocasionar poluição sonora temporária.

14.2.11. É importante observar o **Plano Diretor** da cidade, visando entender as limitações de cada tipo de construção e seus impactos ambientais locais.

14.3. O principal impacto ambiental da contratação será a geração de resíduos.

14.4. A fim de dar o devido tratamento, será previsto o descarte correto dos resíduos, conforme indicação legal.

14.5. A fiscalização da execução será responsável pelo acompanhamento e cobrança do devido descarte dos resíduos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 58/2022, e em observância ao modelo de ETP disponível no [sítio compras.gov.br](http://sítio.compras.gov.br), bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e ao objeto da contratação, bem como o devido atendimento às demandas de negócio formuladas.

15.2. Além disso, os benefícios pretendidos são adequados; os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade; os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

15.3. Por todo o exposto, a contratação do evento não é apenas viável, mas imprescindível para um bom resultado e desempenho da futura DPF/OPE/AP, que trará, além da economia na execução, com as melhores técnicas do mercado, benefícios na forma de comunicação insitucional perante a sociedade.

15.4. Além disso, foi possível especificar critérios objetivos de contratação, elencados ao longo deste documento, e há empresas disponíveis para a execução das atividades.

15.5. Diante do exposto, **declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos a solução proposta.**

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GABRIEL ANTUNES FERRAZ

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 21/05/2025 às 16:56:40.

SERGIO CLODOALDO SANTOS FERREIRA

Membro da comissão de contratação

JOAO VICTOR MELO COUTINHO

Membro da comissão de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Projeto Delegacia I.pdf (17.7 MB)